

Capacitar para o Futuro – Desajustamento e depreciação de competências de jovens adultos em Portugal

João Queirós, Sandra Ramos, Ana Cláudia Rodrigues, Catarina S. Nunes, Jorge Coelho, Luís Rothes, Ana Lília Pereira, Maria Leonor Cruz
Instituto Politécnico do Porto / Observatório das Competências dos Adultos

Sumário executivo

Partindo da análise aprofundada dos dados do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC), e considerando a conjugação da análise daqueles dados com aprofundamentos empíricos de cariz qualitativo, o Projeto “Capacitar para o Futuro: desajustamento e depreciação de competências de jovens adultos em Portugal – causas, impactos e estratégias de mitigação” estudou as relações entre idade, níveis de proficiência e usos de competências com o propósito de identificar e caracterizar fatores (des)favorecedores da aquisição, manutenção e desenvolvimento de competências cognitivas essenciais ao longo do ciclo de vida das pessoas adultas. Olharam-se as condições, contextos e tipos de uso associados aos diferentes níveis de proficiência observados, com foco especial na delimitação de fatores favorecedores e desfavorecedores da proficiência e na identificação de grupos sociais em situação de maior desfavorecimento, e procurou-se igualmente a objetivação de alguns dos impactos, em matéria de inserção profissional, empregabilidade e outros resultados económicos e sociais, da posse e uso diferenciados daquelas competências. O Projeto incluiu ainda a identificação e análise de exemplos de políticas, programas e práticas internacionais de referência direcionadas para a confrontação das causas e efeitos dos desalinhamentos e das formas de depreciação das competências dos adultos, com o objetivo de apoiar a formulação de recomendações para o desenho, em Portugal, de políticas públicas mais eficazes neste domínio.

Recomendações principais

- Desenho de programas de promoção e uso de competências cognitivas essenciais (literacia e numeracia, designadamente) integrados no quotidiano profissional e não profissional das pessoas adultas;
- Financiamento e desenvolvimento de plataformas digitais públicas, abertas e gratuitas que permitam o treino autónomo e incremental daquelas competências, designadamente em contexto doméstico;
- Criação de fundos específicos que suportem atividades de educação não formal disseminadas pelo território, abrangendo públicos diferenciados;
- Apoio ao desenvolvimento de sistemas de microcredenciais e de auditoria de competências no seio das organizações empregadoras;
- Incentivo ao desenho de programas específicos de requalificação técnico-profissional acelerada, bem como de promoção das competências digitais (incluindo para confrontação dos desafios impostos pela IA);
- Promoção de estratégias ativas de *outreach*, visando, em especial, os grupos sociais em situação de desfavorecimento relativo;
- Promoção de programas de reingresso em percursos académicos ou programas de formação contínua intimamente articulados com os quadros de exercício da atividade profissional das pessoas adultas.

Destinatários do policy brief

Ministério da Educação e Ciência; Instituto do Emprego e Formação Profissional; entidades da Administração Pública que atuam no domínio da educação e formação de adultos; Municípios, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas; entidades formadoras e agentes do sistema de educação-formação; coordenadores, gestores de formação e formadores; organizações empregadoras e suas representantes; sindicatos e organizações profissionais; associações e outras entidades promotoras de educação não formal.



Introdução e Enquadramento do Problema

Os dados resultantes da concretização do 2.º Ciclo do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC), estudo longitudinal de grande fôlego promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em 31 países, incluindo Portugal, fornecem pistas valiosas sobre os níveis e usos das competências detidas pelos indivíduos adultos residentes nestes países.

Para o caso português, um primeiro dado muito relevante que decorre da leitura dos resultados deste estudo internacional sobre competências de literacia, numeracia e resolução adaptativa de problemas diz respeito à circunstância de serem os adultos mais jovens (isto é, com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos) aqueles que maior proficiência revelam. Com efeito, num quadro que é bastante desfavorável para Portugal – o país observa níveis de proficiência média nos três domínios avaliados significativamente inferiores aos valores médios da OCDE –, é o grupo dos adultos mais jovens que maior proficiência revela, atingindo patamares de proficiência significativamente superiores aos patamares médios do país. Em Portugal, o conjunto da população adulta observa, em média, numa escala de 0 a 500 pontos, 235 pontos na literacia, 238 pontos na numeracia e 233 pontos na resolução adaptativa de problemas; já os jovens adultos (16-24 anos) obtêm, em média, 258 pontos na literacia, 257 pontos na numeracia e 252 pontos na resolução adaptativa de problemas (OCDE, 2024a).

Os diferenciais de proficiência favoráveis aos jovens sugerem uma evolução consentânea com aquela que indicam os resultados das avaliações efetuadas em meio escolar (através do PISA, designadamente), fornecendo informações úteis sobre a evolução da qualidade do sistema educativo em Portugal. Com efeito, as disparidades de competências entre adultos mais velhos e adultos mais jovens podem, em teoria, traduzir efeitos associados ao envelhecimento e à perda cognitiva a ele frequentemente associada, mas não deixarão de refletir sobretudo as diferenças – também elas favoráveis aos adultos mais jovens – quanto à quantidade e à qualidade de educação e formação das diferentes gerações (OCDE, 2024a; Figura 1).

Um dado igualmente relevante no caso português, e que configura uma dissonância face não apenas ao padrão típico revelado pela generalidade dos países da OCDE no 2.º Ciclo do PIAAC, mas também face a idêntica tendência observada na maioria dos países que participaram no 1.º Ciclo do estudo (em que Portugal não esteve representado), diz respeito ao declínio de competências observado logo após os 24 anos (OCDE, 2013; 2024a). Se, na OCDE, em termos médios, é possível observar uma preservação dos níveis de proficiência para lá do grupo etário dos 16 aos 24 anos, havendo vários países em que os adultos atingem o “pico” da proficiência no grupo etário dos 25 aos 34 anos, só depois se observando um declínio paulatino das competências, no caso português, há a registar um processo de depreciação de competências logo após os 24 anos, o que significa a instituição muito precoce no nosso país de uma tendência de divergência face à realidade típica dos demais países da OCDE no que respeita à extensão e preservação de competências cognitivas e metacognitivas consideradas essenciais para uma participação social e económica ajustada aos desafios das sociedades atuais (OCDE, 2013, 2024a). O facto de Portugal não ter concluído a sua participação no 1.º Ciclo do PIAAC – e de, por esse motivo, não dispor de dados passíveis de análise longitudinal – impede uma consideração mais aprofundada deste assunto para o caso português. Todavia, o património investigativo associado à mobilização dos dados do primeiro andamento deste estudo da OCDE oferecia, à partida, a este Projeto um conjunto de horizontes e hipóteses de trabalho, já testadas para o conjunto dos países participantes e em contextos nacionais específicos, que deixavam antever descobertas significativas no respeitante às causas e implicações dos processos de depreciação de competências e aos modos através dos quais se pode, eventualmente, favorecer o respetivo retardamento, mitigação ou até contraversão.

Em especial, o Projeto procurou explorar a presença de “efeitos de coorte” na consecução e manutenção diferenciada de competências. Como atestam estudos baseados ou apoiados em dados do PIAAC, para lá da idade cronológica, e do processo de tendencial perda



cognitiva associado ao envelhecimento, há diferenças de proficiência entre grupos de pessoas nascidas em diferentes momentos que podem ser atribuídas à exposição a contextos sociais, culturais, tecnológicos e profissionais distintos e, muito em particular, à participação em contextos educacionais muito diferenciados em termos da quantidade e qualidade da educação-formação recebida, aspetos determinantes na definição dos níveis de proficiência em idades mais jovens e, portanto, no retardamento dos efeitos da idade na perda de competências cognitivas (ver, por exemplo, Desjardins & Warnke, 2012; Barrett & Riddell, 2016, 2019).

A definição deste horizonte analítico permite considerar hipóteses em torno das implicações do aumento recente da escolaridade, relevando, em especial, o seu impacto junto das gerações mais jovens e a eventual melhoria observada na qualidade do sistema educativo e formativo, bem como o significado potencial da posse de um capital de competências inicial mais elevado na produção de uma maior capacidade de adaptação a mudanças e novas exigências e de uma maior resiliência face a processos de depreciação de competências. O estudo desta questão permite ainda avaliar a diferenciação interna das coortes em matéria de proficiência, fenómeno que pode estar relacionado com a qualidade da educação recebida, mas também com aprendizagens anteriores e posteriores à educação formal (ver, por exemplo, Calero, Huertas & Bara, 2019).

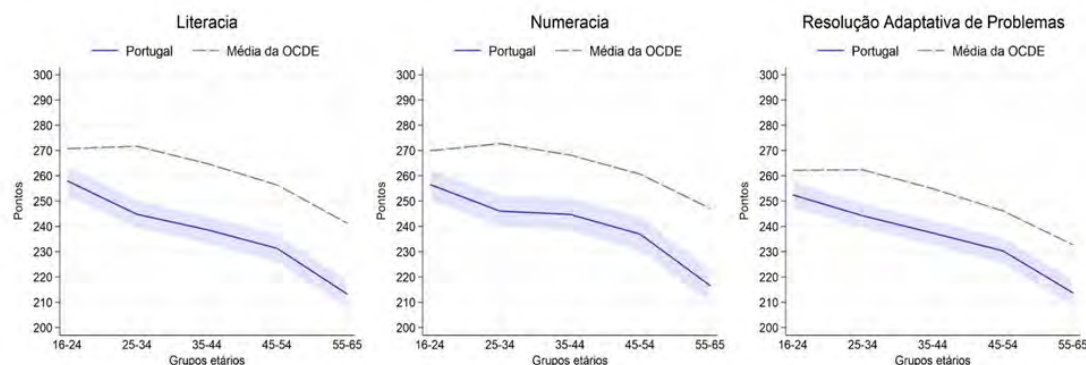
Este último aspeto articula-se intimamente com os termos fundamentais da chamada “teoria do uso” (ou hipótese *use-it-or-lose-it*), segundo a qual a depreciação de competências é função, pelo menos em parte, da insuficiente ou inexistente mobilização destas. Sendo certo que a quantidade e qualidade da formação inicial recebida constitui determinante do nível de proficiência e da capacidade potencial para mobilizar as competências detidas ao longo da vida e em diferentes contextos, o que a “teoria do uso” (ou do “engajamento em práticas”) propõe é que a falta de oportunidades e condições efetivas de aplicação e desenvolvimento das competências pode levar

à respetiva estagnação ou perda (ver, por exemplo, Reder, Gauly & Lechner, 2020; Levels & van der Velden, 2023; Hanushek, Kinne, Witthöft & Woessmann, 2025).

Indivíduos que desenvolvem atividade profissional em contextos não estimulantes, por exemplo, correm o risco de perder competências, o que poderá implicar o agravamento dos desajustes entre competências detidas e competências requeridas por um mercado de trabalho em permanente evolução. A depreciação de competências – por ausência de contextos de mobilização efetiva das mesmas na esfera do trabalho e fora dela – pode também afetar as possibilidades de participação social plena dos adultos, ao diminuir a sua capacidade de acesso à informação e a outros recursos, a sua habilidade para resolver problemas ou a sua confiança e capacidade para, por exemplo, acompanhar e apoiar a educação dos filhos.

Neste Projeto, foi possível estudar, pela primeira vez para o caso português, este tópico, identificando fatores de risco e fatores protetores em matéria de preservação e desenvolvimento de competências de jovens adultos. A análise realizada tem óbvia relevância social e política, particularmente por permitir identificar os contextos e atividades que mais podem favorecer a preservação e o desenvolvimento de competências, quer na esfera do trabalho, quer na esfera pessoal. A mobilização dos dados do PIAAC, complementada com o recurso a outras fontes de informação, revela-se decisiva neste âmbito, uma vez que aquele estudo não mede apenas níveis de proficiência, mas recolhe também dados extensivos sobre condições sociais e profissionais e sobre o uso de competências no trabalho e em casa, permitindo precisamente testar hipóteses em torno da relação entre o uso e a respetiva manutenção ou desenvolvimento (para diferentes grupos etários e considerando diferentes contextos, tipos e intensidades de uso).

Figura 1 – Proficiência média dos adultos em literacia, numeracia e resolução adaptativa de problemas (em Portugal e na OCDE, em média), por grande grupo etário



Fonte: OCDE (2024b).

Análise / Principais Resultados

Destacam-se, do conjunto diversificado de resultados do Projeto, os seguintes elementos, apresentados por referência aos dois eixos principais da investigação.

Eixo 1: Análise de perfis de competências e da extensão e características dos (des)alinhamentos e da depreciação de competências entre (jovens) adultos em Portugal

O esforço de análise estatística realizado no âmbito do Projeto a partir dos dados do PIAAC resultou num conjunto vasto de resultados, de que se retêm aqui, pela centralidade e relevância de que se revestem, os resultados dos exercícios orientados para a produção de modelos de regressão linear múltipla de avaliação das relações entre níveis de proficiência, grau de utilização de competências e características sociodemográficas fundamentais da população adulta residente em Portugal. São apresentados os resultados produzidos com recurso à escala de proficiência em numeracia, pela sua robustez (e considerando a significativa relação de colinearidade com a competência de literacia). Todos os exercícios realizados seguiram as recomendações técnicas da OCDE e as melhores práticas em matéria de mobilização dos dados do PIAAC, incluindo a utilização nos cálculos dos dez valores plausíveis (*plausible values*) e dos 52 pesos de replicação (*replicate weights*) fornecidos com a base de dados do Inquérito

às Competências dos Adultos referente a Portugal (ver OCDE, 2024c, 2025).

Num primeiro momento, foi produzido um modelo de regressão linear múltipla considerando apenas as variáveis de natureza sociodemográfica (sem considerar a integração no modelo das variáveis relativas a índices de uso de competências). Os resultados obtidos são robustos: o modelo explica cerca de 40% da variância da proficiência em numeracia ($R^2=0,3999$).

Em termos muito sintéticos, o que os resultados evidenciam primordialmente é a relevância da escolaridade própria. Este é, com efeito, de acordo com o modelo proposto, o fator que mais claramente determina a proficiência: comparativamente com quem possui escolaridade até ao 2.º Ciclo do Ensino Básico (até seis anos de frequência escolar), indivíduos com ensino superior (quinze ou mais anos de escolaridade) apresentam, em média, 69 pontos mais na escala de numeracia, um resultado com significado estatístico robusto ($p<0,001$). Por comparação com a posse do nível de escolaridade mais baixo, também a posse do ensino secundário e do 3.º Ciclo do Ensino Básico apresentam significado em matéria de ganhos de proficiência (mais 49 e 32 pontos, respetivamente).

A educação dos pais também apresenta influência significativa: ter pelo menos um dos pais com ensino superior significa um ganho médio de proficiência de cerca de 16 pontos,



face ao que acontece quando os pais possuem ensino inferior ao nível secundário (e mesmo se controlada a escolaridade do próprio). Ainda sobre origens e *background* familiar, importa notar que o estatuto migratório dos pais constitui igualmente um elemento estatisticamente significativo, com ganhos médios de proficiência em numeracia de aproximadamente 16 e 19 pontos, respetivamente quando um ou ambos os pais nasceram no país, e por comparação com os casos em que ambos os pais nasceram fora de Portugal.

Ainda que com intensidade ligeiramente menor, também o género se revela significativo, com as mulheres a apresentarem uma desvantagem média de 11 pontos na proficiência em numeracia. Já no que concerne à situação profissional, estar fora do mercado de trabalho significa um decréscimo marginalmente significativo de 9 pontos; a qualificação profissional, por seu turno, revela-se bastante importante, com uma redução média de 13, 15 e 18 pontos, respetivamente no caso das profissões semiquualificadas de “colarinho branco”, profissões semiquualificadas de “colarinho azul” e profissões elementares (por comparação com as profissões qualificadas).

Finalmente – e esta é uma questão particularmente relevante no quadro das interrogações suscitadas pelo Projeto “Capacitar para o Futuro” –, ter participado em atividades de educação não formal nos 12 meses anteriores ao momento da inquirição representa um ganho médio estatisticamente significativo de cerca de 14 pontos na escala de proficiência em numeracia.

A idade, em si mesma, não revela associações estatisticamente significativas com o nível de proficiência, após controlo das restantes variáveis, o que indicia que os seus efeitos aparentes decorrem na verdade de fatores associados ao capital cultural (próprio e de origem, aferido aqui pelo nível de escolaridade e nível de escolaridade dos pais, mas também pela participação educativa recente em iniciativas de educação não formal) e ao estatuto socioeconómico (muito associado à situação profissional e ao nível de qualificação da profissão detida). O que se observa para a idade verifica-se também com outras variáveis sociodemográficas de base, como o país de nascimento ou a língua (ver Tabela 1).

Ao introduzir no modelo os índices de uso de competências de cálculo e matemáticas incluídos nas bases de dados do PIAAC a partir das respostas recolhidas sobre este assunto no Inquérito às Competências dos Adultos (usos destas competências em casa e no trabalho), o poder explicativo do modelo melhora cerca de 2% ($R^2=0,4175$), mesmo considerando a redução da dimensão da amostra.

Neste modelo, que mantém forte robustez de resultados, verifica-se que o uso de competências de cálculo/matemáticas no contexto doméstico surge como preditor significativo da proficiência em numeracia: por cada ponto adicional que este índice observe (isto é, à medida que se intensifica o uso e se complexifica a competência matemática mobilizada), a proficiência esperada em numeracia aumenta cerca de 5 pontos. O uso de competências de cálculo/matemáticas no trabalho é também estatisticamente significativo ($p=0,034$), mas o peso do uso destas competências neste contexto é menor: aumento de 3,4 pontos na proficiência em numeracia por cada unidade adicional que o índice de uso registre.

Estes resultados sugerem o acerto da hipótese segundo a qual o envolvimento em práticas favorece a proficiência: de acordo com os dados obtidos, o uso quotidiano de competências matemáticas, em particular fora do ambiente profissional, mas também neste, está associado a níveis mais elevados de proficiência. Neste modelo, os coeficientes das variáveis sociodemográficas mobilizadas sofrem pequenas alterações, mas mantêm a mesma direção e significância global, o que quer dizer que os usos não eliminam ou diminuem a relevância das propriedades sociais dos agentes; na verdade, o que os resultados revelam é que o engajamento quotidiano em atividades favorecedoras do uso das competências explica uma parte (adicional) da variação na proficiência.

Apesar das flutuações pontuais dos coeficientes observadas entre os dois modelos, as conclusões substantivas do exercício são estatisticamente robustas: a escolaridade, a qualificação profissional, a escolaridade dos pais, o género e a participação em educação não formal são fatores relevantes para a determinação da proficiência em numeracia; e a consideração dos índices de uso das competências neste domínio explica uma parte

adicional da variância, mesmo se controladas aquelas variáveis, parecendo confirmar-se assim a hipótese de uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o uso de competências de numeracia e o nível de proficiência demonstrado (ver Tabela 2).

Eixo 2: Caracterização de trajetórias e experiências de transição escola-trabalho e identificação de tendências de procura de competências pelos mercados de trabalho

O desenvolvimento de um esforço investigativo – de natureza qualitativa – direcionado para a caracterização de trajetórias e experiências de transição escola-trabalho e de identificação de tendências de procura de competências pelos mercados de trabalho, consubstanciou-se no Projeto “Capacitar para o Futuro” através da realização de um *focus group* com representantes de entidades empregadoras de relevo e de instituições de educação-formação de referência de cinco setores grandes empregadores de adultos jovens. Resultaram deste exercício as seguintes ideias-força de natureza geral e transversal:

1) Quanto ao *quadro de mudança económica e social acelerada presentemente em vigor*: prevalência de uma lógica de atuação reativa/remediativa, em detrimento de uma lógica antecipatória e prospetiva na identificação de competências necessárias e futuras; persistência de indefinições estratégicas e de fragilidades nos mecanismos de diagnóstico/antecipação de necessidades formativas por parte das organizações; desfasamento assinalável entre legislação e quadros regulatórios vigentes (designadamente em matéria de organização, coordenação, desenvolvimento e gestão da formação) e processos de transformação societal, económica e tecnológica em curso; dificuldade para compreender e confrontar os efeitos múltiplos, e muito incidentes, designadamente em matéria de competências necessárias, das mudanças introduzidas nos diversos setores pela digitalização e, mais recentemente, pela IA; manutenção de distâncias e formas de articulação tradicionais e convencionais entre sistema de educação-formação e sistema produtivo.

2) Quanto aos *(des)alinhamentos entre competências requeridas pelos mercados de trabalho e competências detidas pelos adultos jovens à saída do sistema de educação-*

formação inicial: relevância da alteração dos perfis juvenis de relação com o trabalho e o emprego (e da sua compreensão e consideração nas estratégias de formação inicial e contínua, dentro e fora das organizações); necessidade de problematização e reconfiguração dos modelos de formação e dos processos de ensino-aprendizagem, com aposta em metodologias ativas, maior personalização e maior aproximação aos contextos reais de trabalho; relevância crescente do desenvolvimento de competências gerais e transversais (competências socioemocionais, *soft skills*...), aquém e além do desenvolvimento de competências técnicas; impacto persistente da atratividade dos mercados de trabalho externos na retenção de força de trabalho e de competências avançadas e diferenciadas; impacto relevante, em períodos mais recentes, da presença de força de trabalho imigrante, que suporta as necessidades de recrutamento dos setores mais empregadores, mas contribui para a reprodução de um modelo de organização e desenvolvimento das atividades menos qualificado e qualificante.

3) Quanto à *valorização das qualificações e das competências e ao desenvolvimento da participação em educação e formação ao longo da vida*: perceção de um desfasamento crescente entre qualificações produzidas pelo sistema de educação-formação e qualificações exigidas pelo sistema produtivo do país (no sentido da aparente sobrequalificação); manifestação de desfasamentos entre as expectativas criadas no quadro da participação em processos de formação inicial e a realidade encontrada aquando da transição para o mercado de trabalho; relevância da garantia de modalidades e formatos mais flexíveis e personalizáveis de desenvolvimento de trajetórias individuais de aprendizagem ao longo da vida; prevalência de uma orientação instrumental na procura e participação em atividades formativas; persistência, na maioria das organizações empregadoras, da valorização da qualificação detida (“título”) em detrimento da aferição e reconhecimento das competências demonstradas (manutenção da força do “valor facial” do título académico no recrutamento de força de trabalho e na progressão na carreira); existência de tensões entre investimento em formação contínua e reconhecimento do esforço formativo no seio de muitas organizações.

Tabela 1 – Informação relativa ao modelo de regressão linear múltipla desenvolvido no âmbito do Projeto (sem mobilização dos índices de uso)

Variável	Categoria	Coeficiente	Erro Padrão	p-value
Idade	20-24	-13,66	14,04	0,335
	25-29	-1,61	14,27	0,911
	30-34	6,58	14,33	0,648
	35-39	3,78	14,41	0,794
	40-44	1,92	14,75	0,897
	45-49	-2,98	13,82	0,830
	50-54	5,95	15,14	0,696
	55-59	-4,88	14,57	0,739
	60-65	-5,06	15,91	0,752
Género	Feminino	-10,63	2,11	<0,001
País de nascimento	Outro	-8,49	6,06	0,168
Língua nativa	Nativa	-1,57	5,96	0,793
Estatuto migratório dos pais	Um pai estrangeiro	15,54	6,93	0,030
	Ambos os pais nativos	19,07	6,16	0,003
Escolaridade dos pais	Secundário	5,51	3,02	0,073
	Superior	15,77	3,46	<0,001
Escolaridade	3.º CEB	32,00	6,27	<0,001
	Secundário	49,47	5,36	<0,001
	Superior	68,80	5,91	<0,001
Situação profissional	Desempregado	7,92	6,15	0,204
	Inativo	-8,71	4,39	0,053
Qualificação profissional	Semiquificada (<i>white collar</i>)	-13,26	3,19	<0,001
	Semiquificada (<i>blue collar</i>)	-14,90	4,88	0,003
	Elementar	-17,73	5,56	0,003
Participação em EFA (formal)	Sim	-5,67	5,29	0,289
Participação em EFA (não formal)	Sim	13,80	3,39	<0,001

Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 2 – Informação relativa ao modelo de regressão linear múltipla desenvolvido no âmbito do Projeto (considerando o uso de competências de cálculo/matemáticas)

Variável	Categoria	Coeficiente	Erro Padrão	p-value
As variáveis incluídas na Tabela 1 foram mantidas, apresentando apenas pequenas alterações nos coeficientes – devidas à diminuição da dimensão da amostra				
Uso de competências de cálculo/matemáticas em casa	N/a (variável contínua)	5,03	1,72	0,005
Uso de competências de cálculo/matemáticas no trabalho	N/a (variável contínua)	3,38	1,55	0,034

Fonte: Elaboração própria (2026).

Opções de Política e Recomendações

O exercício de *benchmarking* de políticas e programas internacionais incluído adicionalmente na metodologia do Projeto, que redundou no estudo detalhado de 12 programas/iniciativas de referência dinamizadas em quatro países da União Europeia com população adulta com perfis de qualificação e proficiência elevadas, permitiu

identificar alguns pressupostos e princípios que devem ser considerados na definição e estabelecimento de políticas sólidas e eficientes neste domínio:

1) *Democratização do acesso* – esbater desigualdades e reduzir barreiras à participação (económicas, laborais, pessoais e familiares, culturais, linguísticas): promoção do

alcance (*outreach*), da mobilização e da participação (designadamente por parte de públicos sub-representados nos processos de aprendizagem ao longo da vida); promoção de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida; inclusão e equidade em contextos de diversidade e vulnerabilidade; proximidade territorial e comunitária (descentralização, extensão, conexão aos contextos).

2) *Robustez e sustentação no tempo* – assegurar a continuidade e maturação das iniciativas e garantir o respetivo suporte político e financeiro: suporte político continuado, alicerçado em compromissos envolvendo os múltiplos parceiros sociais; financiamento público continuado e articulação com políticas e apoios sociais; gratuidade e/ou apoio significativo aos participantes; abordagem holística da educação e dos processos de aprendizagem das pessoas adultas.

3) *Coordenação e gestão ativas e próximas* – garantir coordenação e suporte central, com responsabilização de instituições e atores e proximidade aos territórios e às pessoas: inserção em estratégias nacionais amplas e diversificadas e disseminação de diretrizes e orientações gerais claras e realistas; articulação intersetorial, a diferentes escalas, implicando políticas de emprego, políticas de educação e formação e políticas sociais; articulação entre modalidades educativas e sistemas integrados de certificação e promoção da progressão educativa e profissional; trabalho em rede com múltiplos *stakeholders*, visando a constituição de ecossistemas locais de aprendizagem; envolvimento ativo de entidades empregadoras e alinhamento permanente com a realidade do trabalho específica do contexto.

4) *Inovação pedagógica e melhoria contínua baseada em evidência* – promover a flexibilidade e a diferenciação pedagógica e assegurar a incorporação de conhecimento científico na conceção e desenvolvimento das atuações: flexibilidade organizacional e pedagógica, diversificação de modalidades e formatos e compatibilização dos processos com as exigências da vida ativa; promoção da aprendizagem contextualizada, prática e significativa, orientada para a vida real e o trabalho, com ajustamento dos currículos e práticas à realidade mutável destes contextos; personalização e adaptação pedagógica (do ensino centrado no aprendente à diferenciação

pedagógica); mediação pedagógica, orientação e acompanhamento contínuo (a aprendizagem ao longo da vida como dinâmica relacional); formação exigente, diversificada e contínua de formadores, realizada em articulação com a investigação promovida neste domínio.

Em matéria de opções de política e recomendações concretas para o caso português, destacam-se as seguintes:

1) A relevância da ativação pelo uso e o estímulo ao *engajamento em práticas quotidianas em casa e no trabalho*

As análises estatísticas realizadas – e, muito em especial, os modelos de regressão linear múltipla propostos – demonstram que as propriedades relativas ao capital cultural detido e à condição socioprofissional das pessoas adultas constituem os preditores mais relevantes da proficiência. Mas estas análises revelam também que a participação em educação não formal, por um lado, e o uso quotidiano das competências, quer em casa, quer no universo laboral, por outro lado, contribuem significativamente para a ampliação/preservação dos níveis de proficiência.

Neste sentido, impõe-se:

- Uma sólida aposta na promoção de percursos educacionais iniciais longos e bem-sucedidos, bem como o reforço da importância conferida a processos de educação formal e de obtenção de qualificações académicas por parte de adultos relativamente jovens que possam não os ter concretizado no quadro das suas trajetórias iniciais de escolarização;

- O favorecimento do desenho de programas de promoção de competências cognitivas essenciais (literacia e numeracia, designadamente) integrados no quotidiano profissional e, sobretudo, não profissional das pessoas adultas, em todos os escalões etários, baseados numa abordagem orientada para os desafios da vida contemporânea;

- O financiamento e desenvolvimento de plataformas digitais públicas, abertas e gratuitas que permitam o treino autónomo e incremental daquelas competências, designadamente em contexto doméstico;

- A criação de incentivos e fundos específicos que suportem atividades de educação não formal disseminadas pelo território e abrangendo públicos diferenciados, configurando uma via adicional potencialmente eficaz de mitigação da depreciação de competências.

2) A importância da *reconfiguração dos ecossistemas de formação*

No atual quadro de mudança económica, tecnológica, social e cultural acelerada, as organizações empregadoras tendem a atuar de forma reativa/remediativa face aos efeitos da digitalização e ao impacto da IA, enquanto sofrem com a perda de quadros qualificados para o exterior e mantêm uma postura de tipo credencialista, valorizando “títulos” em detrimento das competências demonstradas. Paralelamente, parecem persistir importantes desfasamentos regulatórios que condicionam as possibilidades de renovação dos modelos, currículos e formas de organização da formação inicial e contínua.

Assim:

- O apoio ao desenvolvimento de sistemas de microcredenciais e de auditoria de competências no seio das organizações empregadoras suportará processos de reconhecimento e valorização das competências demonstradas pelos trabalhadores, podendo favorecer a respetiva motivação e a equidade nos processos de progressão interna;

- Deve incentivar-se o desenho de programas específicos de requalificação técnico-profissional acelerada, bem como de promoção das competências digitais, nos diferentes setores de atividade económica, promovendo formas de antecipação e de avaliação e confrontação dinâmica dos impactos potencialmente disruptivos da IA;

- Para além do aprofundamento da aposta na promoção de competências socioemocionais e transversais, em quadros de educação formal e não formal, impõe-se a transição geral para metodologias ativas de ensino-aprendizagem alicerçadas na personalização e diferenciação pedagógica e numa maior aproximação aos contextos reais de vida e de trabalho, a par do

reforço do investimento na formação de formadores e gestores de formação.

3) A valia da *governança em rede* para a ampliação do alcance das iniciativas e a promoção da equidade

O exercício de modelação estatística realizado no âmbito do Projeto identificou grupos sociais com desvantagens relevantes em matéria de proficiência: para além dos adultos com baixas qualificações académicas, indivíduos com profissões escassamente qualificadas, descendentes de famílias com *background* migrante e/ou baixa escolaridade, mulheres (designadamente no âmbito das competências de numeracia).

- Políticas públicas robustas são tipicamente políticas de âmbito nacional, mas descentralizadas, com amplitude temática e programática e suporte político e financeiro continuado: o Estado assume-se como coordenador central, financiador e regulador de ecossistemas locais de aprendizagem que promovem estratégias ativas de *outreach*, visando, em especial, os grupos sociais em situação de desfavorecimento relativo;

- A promoção da equidade significa também desenhar programas de reingresso em percursos académicos ou programas de formação contínua intimamente articulados com os quadros de exercício da atividade profissional e com configurações flexíveis, garantindo que adultos em situações de precariedade ou com articulações exigentes entre vida pessoal e vida profissional possam sentir-se efetivamente motivados para participar em diferentes modalidades do sistema de educação-formação;

- Os programas públicos são desenhados em resposta direta às necessidades dos atores institucionais inscritos nos territórios (municípios, associações locais, empresas, pessoas adultas), numa lógica flexível e de promoção do diálogo intersetorial, capaz de favorecer a sua adequação às realidades locais, bem com qualidade dos processos, garantindo a monitorização e ajustamento contínuos.

Conclusão

Os resultados do Projeto “Capacitar para o Futuro: desajustamento e depreciação de competências de jovens adultos em Portugal – causas, impactos e estratégias de mitigação” revelam que a depreciação das competências essenciais das pessoas adultas não é inevitável. Na verdade, ela pode ser mitigada ou até contravertida se forem criadas condições que permitam juntar a uma sólida formação inicial, capaz de fomentar níveis de proficiência elevados em idades mais precoces, oportunidades de aquisição,

desenvolvimento e mobilização de competências ao longo da vida, em contextos profissionais e não profissionais ricos e qualificantes. Para tal, impõe-se o robustecimento do sistema de educação-formação, designadamente através do estabelecimento de um compromisso social e político alargado que permita conferir à educação e formação de adultos a centralidade e relevância que os desafios das sociedades de hoje exigem.

Referências

Barrett, G., & Riddell, W. C. (2016). Ageing and literacy skills: Evidence from IALS, ALL and PIAAC. *OECD Education Working Papers*, 145, 48 pp.

Barrett, G., & Riddell, W. C. (2019). Ageing and skills: The case of literacy skills. *European Journal of Education*, 54(1), 60-71.

Calero, J., Huertas, I. P. M., & Bara, J. L. R. (2019). Education, age and skills: An analysis using PIAAC data. *European Journal of Education*, 54(1), 72-92.

Desjardins, R., & Warnke, A. (2012). Ageing and Skills: A Review and Analysis of Skill Gain and Skill Loss Over the Lifespan and Over Time. *OECD Education Working Papers*, 72, 85 pp.

Hanushek, E. A., Kinne, L., Witthöft, F., & Woessmann, L. (2025). Age and cognitive skills: Use it or lose it. *Science Advances*, 11(10), eads1560.

Levels, M., & van der Velden, R. (2023). Can work protect against age-related decline of cognitive skills?: An empirical test of the use-it-or-lose-it hypothesis. In M. Tåhlin (Ed.). *A*

Research Agenda for Skills and Inequality (pp. 161-176). Edward Elgar Publishing.

OECD (2013). *Skilled for Life? Key Findings from the Survey of Adult Skills*. OECD Publishing.

OECD (2024a). *Do Adults Have the Skills They Need to Thrive in a Changing World? Survey of Adult Skills 2023*. OECD Publishing.

OCDE (2024b). *PIAAC Cycle 2 – Country Note: Portugal*. OECD Publishing.

OCDE (2024c). *Survey of Adult Skills – Reader's Companion: 2023*. OECD Publishing,

OCDE (2025). *Survey of Adult Skills 2023 Technical Report*. OECD Publishing.

Reder, S., Gauly, B., & Lechner, C. (2020). Practice makes perfect: Practice engagement theory and the development of adult literacy and numeracy proficiency. *International Review of Education*, 66(2), 267-288.



COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

Queirós, J., Ramos, S., Rodrigues, A. C., Nunes, C. S., Coelho, J., Rothes, L., Pereira, A. L., & Cruz, M. L. (2026). *Capacitar para o Futuro – Desajustamento e depreciação de competências de jovens adultos em Portugal*. S4P-25 Policy Brief 8033/2025. PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.

CONTACTO

science4policy@planapp.gov.pt

COPYRIGHT

© PLANAPP, 2026



[Ciência para as políticas públicas](#)



[PLANAPP](#)



[Newsletter](#)



[PLANAPP](#)



[@planapp](#)



[PLANAPP podcasts](#)



Este *policy brief* foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2025 (S4P-25): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP), em colaboração com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Linha temática S4P-25/06: Desajustamento e depreciação das competências nos jovens.

O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vincula nem compromete o PLANAPP nem a FCT.